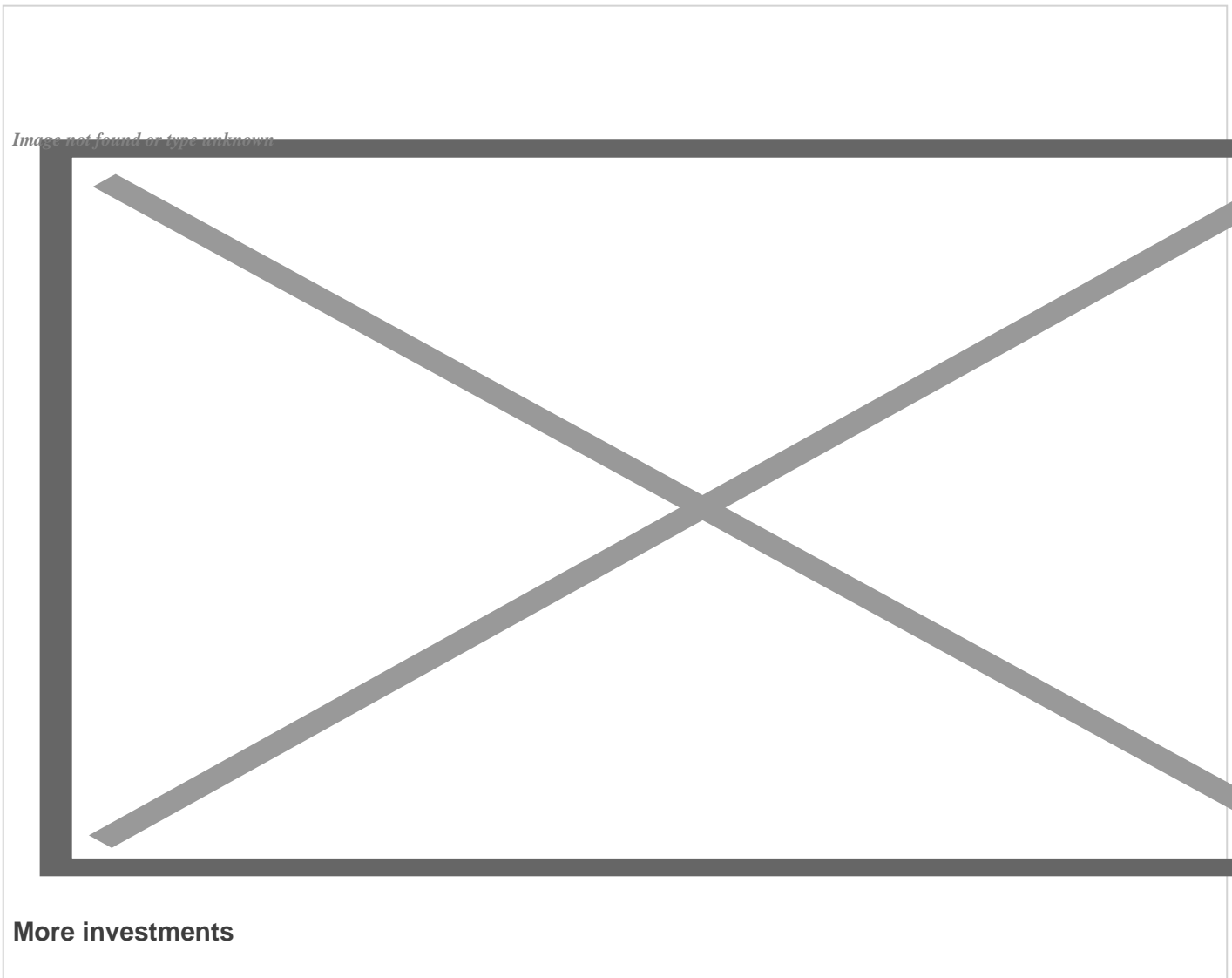


Acordo polêmico



O presidente da Argentina, Alberto Fernández, anunciou no fim da semana passada que houve acordo com o Fundo Monetário Internacional FMI para renegociar o oneroso empréstimo que tinha sido concedido durante o governo de Maurício Macri e cujos vencimentos ameaçavam a economia do país.

Conforme a versão oficial, com este acordo se conseguiu evitar a inadimplência que teria implicado severos danos financeiros, como o acesso a novos recursos. Além disso, afastaria o investimento estrangeiro.

O ministro da Economia, Martin Guzmán, explicou que se apartou o fantasma de um programa de ajuste do FMI que teria tido elevado custo social e político, e juntamente com a inflação eliminaria qualquer possibilidade de aquecimento econômico.

A verdade é que o modo em que se negociou originalmente a operação, a Argentina não podia pagar nos prazos estipulados, e muito menos após o desastre econômico que deixou Macri e os efeitos de dois

anos de pandemia.

Todavia, há controvérsia sobre este recente acordo: resolverá o problema a fundo, ou simplesmente retardará a sentença?

Embora faltem pontos para confirmar, a renegociação implica que o FMI vai emprestar à Argentina o dinheiro necessário para pagar o crédito de 44, 5 bilhões de dólares dado a Macri, em troca de rigorosas inspeções trimestrais, o que significa perda parcial da soberania econômica.

Em dois anos e meio, a Argentina terá pagado o capital mais os juros, porém aí a nação terá uma nova dívida pelo mesmo montante, cujas condições ainda não são suficientemente claras.

Em outras palavras, só se ganha tempo para fortalecer a economia enquanto chega a hora de enfrentar outras obrigações, uma espécie de mal menor.

Afrouxam a corda no pescoço, mas não tiram a corda. É claro que todos não estão satisfeitos. Há uma forte corrente, com argumentos sólidos, que pedia outra saída: declarar ilícito o crédito original porque durante seu trâmite se cometeram graves delitos e irregularidades.

Macri não contou com a autorização do Congresso para tramitar o empréstimo, nem sequer baixou decreto presidencial em favor de seu ministro da Economia e, depois, flexibilizou as normas financeiras para que o dinheiro saísse como entrou.

O Fundo violou seus próprios estatutos ao comprometer um dinheiro que não tinha, ou aprovar um empréstimo a um país que tem graves problemas de evasão de capitais.

<https://www.radiohc.cu/pt/especiales/comentarios/284614-acordo-polemico>



Radio Habana Cuba